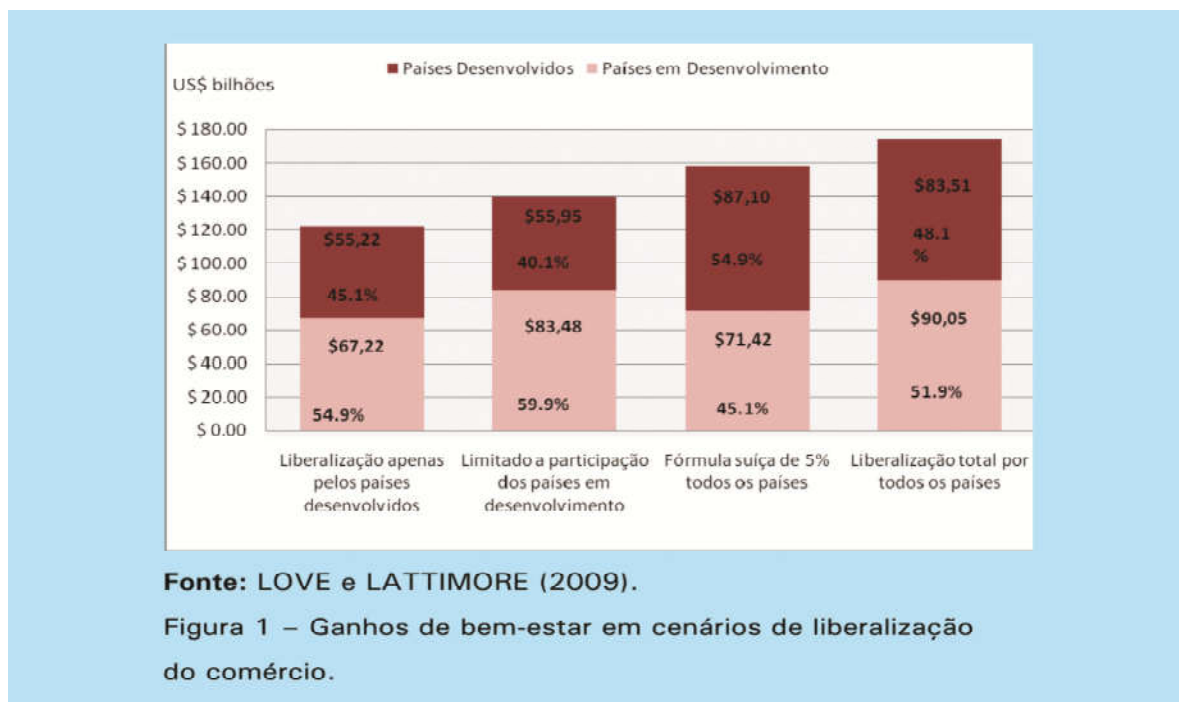


Protecionismo no mercado lácteo

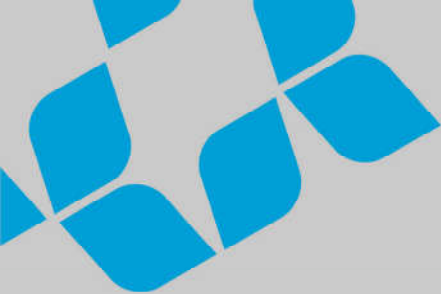
Kenny Beatriz Siqueira, Lucas Figueiredo Linhares, Marcos Cicarini Hott, Letícia d'Agosto Miguel Fonseca

“Qual deveria ser a política comercial das nações?” Responder a esta pergunta não é algo tão fácil. Hoje, os governos possuem uma ampla variedade de instrumentos para definir uma política comercial internacional. Destes instrumentos, os mais importantes são: tarifas às importações, subsídios às exportações, cotas de importação e restrições voluntárias à exportação. O principal objetivo do governo em utilizar algum destes instrumentos é proteger a indústria doméstica, já que em um ambiente de livre comércio a concorrência pode ser um fator crucial para os produtores.

Apesar de atualmente a economia mundial sofrer com alguns problemas que podem aumentar os índices de protecionismo, como alto desemprego e inflação, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), as oportunidades de protecionismo estão mais limitadas graças ao esforço progressivo desta entidade em diminuir as tarifas máximas que os países estão autorizados a cobrar, por meio de rodadas de liberalização comercial. O benefício total que seria gerado devido à liberalização comercial pode ser mensurado pelos ganhos de bem-estar das nações como mostra a Figura 1.



Pela Figura 1 pode-se observar que a liberalização do comércio apenas por parte dos países desenvolvidos já implicaria num ganho de US\$ 122,44 bilhões para a economia mundial e a liberalização total geraria um ganho de cerca de US\$ 173,56 bilhões. Portanto, de acordo com Love e Lattimore (2009), uma eliminação completa de tarifas e uma redução nos custos de comércio fariam com que mais da metade do benefício se revertesse para os países em desenvolvimento, trazendo ganhos de bem-estar equivalentes a 1,37% do PIB nestes países e 0,37% do PIB nos países desenvolvidos. No entanto, a última rodada de negociações proposta pela OMC (Rodada de Doha), ainda não conseguiu avançar na liberalização das tarifas devido a grande dificuldade de um acordo entre países em desenvolvimento e desenvolvidos com relação à agricultura, mas tem previsão de conclusão em 2011 para evitar que ocorra um fracasso irreversível.



Segundo Freitas e Costa (2005), entre os produtos agrícolas, o grupo de produtos “Leite e laticínios” são os mais prejudicados com os montantes tarifários, sob a ótica do preço das exportações mundiais. Os autores analisaram as tarifas equivalentes ad valorem (EAV) e concluíram que os produtos lácteos possuem a maior média simples (112%) e o maior pico tarifário (529%). Os valores analisados pelos autores estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Tarifas EAV sob os preços das exportações mundiais (em %).

Grupo de Produtos	Média Simples	Média Ponderada	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Carnes e miudezas	38	79	42	0	255
Leite e laticínios	112	115	125	0	529
Produtos hortícolas	17	30	27	0	237
Frutas	14	66	23	0	211
Café e mates	3	2	4	0	13
Cereais	73	80	45	0	122

Fonte: Freitas e Costa (2005). Elaborado pelos autores.

Portanto, no mercado lácteo mundial, ainda é notória a existência de consideráveis barreiras tarifárias à comercialização de lácteos. Dentre os produtos lácteos comercializados mundialmente, o soro de leite é o que tem recebido imposição de tarifas mais elevadas. A Tabela 2 apresenta a tarifação para o soro de leite proveniente dos maiores exportadores mundiais do produto.

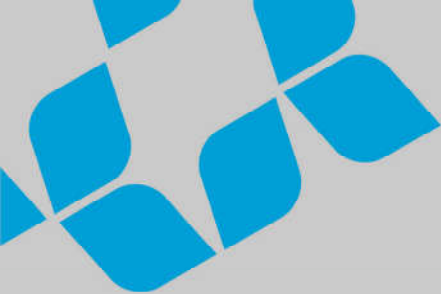
Tabela 2 – Tarifas aplicadas pelos principais parceiros dos maiores exportadores de soro de leite em 2010.

Alemanha		Estados Unidos		Nova Zelândia	
Principais Parceiros	Tarifa Aplicada Estimada	Principais Parceiros	Tarifa Aplicada Estimada	Principais Parceiros	Tarifa Aplicada Estimada
Holanda	0.00%	México	0.00%	Estados Unidos	23,63%
França	0.00%	China	6,41%	Itália	102,84%
Itália	0.00%	Canadá	161,06%	China	3,47%
China	6,41%	Japão	322,39%	Japão	322,39%
Bélgica	0.00%	Marrocos	0.00%	Alemanha	102,84%
Áustria	0.00%	Coréia	42,80%	Egito	0,24%
Espanha	0.00%	Malásia	0.00%	Canadá	130,75%
Dinamarca	0.00%	Indonésia	5.00%	Arábia Saudita	5.00%
Reino Unido	0.00%	Filipinas	1,31%	Austrália	0.00%
Polônia	0.00%	Vietnã	25,78%	Grécia	102,84%

Fonte: Macmap (2011).

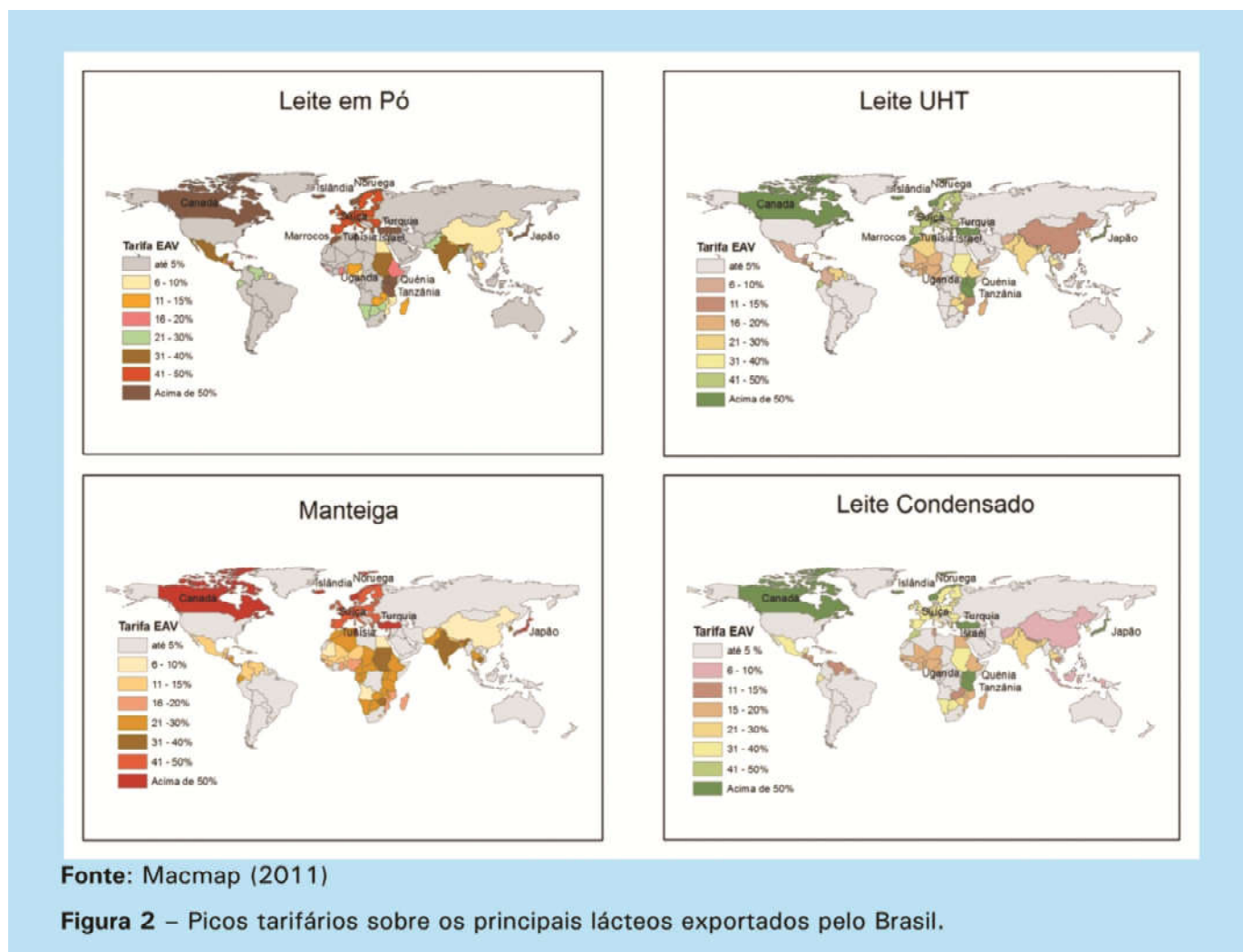
A Alemanha, que é o principal país exportador de soro tem como principais parceiros de comercialização os países da UE, onde não há barreiras ao livre comércio. Já os Estados Unidos e a Nova Zelândia que seguem também como principais exportadores do produto, são afetados por elevadas barreiras tarifárias. Pela tabela acima pode-se perceber que as maiores alíquotas tarifárias para a importação do soro são cobradas pelos países da UE, Japão e Canadá, os quais estão entre os países que mais usam políticas protecionistas para resguardar seus mercados agrícolas.

Como se pode observar, os Estados Unidos e a Nova Zelândia só usufruem de isenção tarifária na comercialização entre países com os quais possuem acordos bilaterais ou multilaterais, como por exemplo, o NAFTA e o ANZCERTA (Austrália - Nova Zelândia).



Barreiras tarifárias aos derivados lácteos do Brasil

Com relação aos produtos lácteos exportados pelo Brasil, o que se pode observar é a incidência de altos picos tarifários. Leite condensado, manteiga, leite UHT e leite em pó integral são os produtos mais atingidos, como mostra a Figura 2.



Visando identificar os países que impõem as mais elevadas tarifas aos produtos brasileiros, utilizamos dados do Macmap para 186 países e 12 derivados lácteos exportados pelo o Brasil. A Tabela 3 aponta os países que tarifam mais os produtos brasileiros a partir do cálculo da média simples, desvio padrão, valor mínimo e valor máximo das tarifas cobradas.

Tabela 3 – Países que impõem tarifas mais elevadas aos produtos lácteos brasileiros.

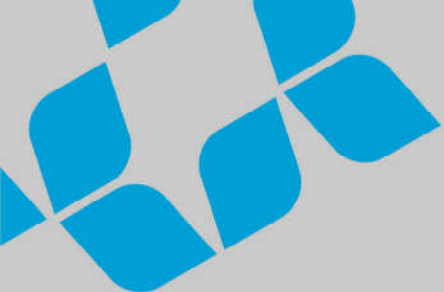
País	Ano	Média Simples	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Canadá	2010	228.30%	55.22%	109.87%	298.14%
Japão	2008	169.55%	122.83%	14.90%	345.15%
Suíça	2009	135.23%	141.44%	16.35%	524.16%
Turquia	2010	115.03%	39.91%	45.00%	150.00%
Israel	2008	100.74%	42.84%	30.24%	159.31%
Tunísia	2006	88.88%	40.98%	15.00%	150.00%
Islândia	2010	87.22%	66.22%	36.94%	264.18%
Noruega	2010	86.35%	47.30%	34.64%	196.71%
Marrocos	2009	63.20%	34.24%	15.11%	102.00%
República da Coreia	2007	50.25%	39.80%	36.00%	176.00%

Fonte: Macmap (2011). Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 evidencia que os países mais protecionistas do mundo, como por exemplo, Canadá e Japão, são também os que impõem maiores barreiras tarifárias aos derivados lácteos exportados pelo Brasil. Pode-se observar também que os países europeus que não fazem parte da União Europeia, como Suíça, Noruega e Islândia, apresentam maiores tarifas. Além disso, a tabela apresenta dois países do Oriente Médio, dois países do continente africano e um país asiático. Ao contrário, os países membros da UE têm imposto menores tarifas aos produtos brasileiros, 36,9%, e os Estados Unidos de 23,8%.

Considerando três escalas tarifárias classificadas por tarifas maiores que 100%, tarifas entre 15% e 100% e tarifas menores que 15%, os cinco primeiros países da Tabela 3 estão incluídos na primeira classificação e representam 2,69% dos países analisados. Já os países com tarifas entre 15% e 100% representam 52,15% do total e países com tarifas inferiores a 15% representam 45,16%.

Portanto, analisando os dados, podemos concluir que a presença de barreiras tarifárias à comercialização de lácteos ainda é grande. O protecionismo, seja feito com subsídios ou barreiras tarifárias, deprime os preços internacionais e desestabiliza o mercado. Assim, o que nos resta saber é até que ponto as barreiras ao acesso aos mercados serão um entrave ao mercado lácteo mundial, restringindo os ganhos do setor e o tornando cada vez mais desigual e menos competitivo.



Referências bibliográficas

Macmap – Market Access Map. Disponível em <<http://www.macmap.org>> Acesso em: jan. 2011.

LOVE, P.; LATTIMORE, R.; International trade: Free, fair and open? OECD, 2009. 197p. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org>> . Acesso em: dez. 2010.

FREITAS, R.E; COSTA, C.C; Tarifas agrícolas européias: uma contribuição para sua interpretação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Pretos. Anais... Ribeirão Preto, SP: USP, 2005.